

Demonstrações Financeiras

Cemig PCH S.A.

31 de dezembro de 2021
com Relatório do Auditor Independente

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
BALANÇOS PATRIMONIAIS	7
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS.....	9
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES.....	10
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	11
DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA	12
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	13
1. CONTEXTO OPERACIONAL	13
2. BASE DE PREPARAÇÃO.....	15
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	19
4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	20
5. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS.....	21
6. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS	21
7. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIO.....	21
8. IMOBILIZADO	22
9. INTANGÍVEL.....	22
10. FORNECEDORES.....	24
11. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL	24
12. TRIBUTOS	26
13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	26
14. RECEITA.....	28
15. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS.....	28
16. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	29
17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	30
18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	31
19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	33
20. SEGUROS.....	35
21. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	36
PARECER DO CONSELHO FISCAL	37
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	38

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Cemig PCH S.A. (“Companhia”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Financeiras e o relatório dos Auditores Independentes referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O Capital Social da Companhia em 31 de dezembro de 2021 é de R\$45.952 mil, representado por 45.952.000 (quarenta e cinco milhões, novecentos e cinquenta e duas mil) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig Geração e Transmissão - Cemig GT.

DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

Resultado do Exercício

A Companhia apresentou um lucro líquido de R\$30.856 mil em 2021, em comparação a R\$22.138 mil em 2020. Esse resultado deve-se, principalmente, ao aumento da receita operacional.

Receita Operacional

A receita de fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$52.189 mil em 2021 (R\$36.438 mil em 2020). O aumento da receita operacional da Companhia é devido à comercialização de sua energia no Ambiente de Contratação Livre (ACL), que é valorizada ao Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais foram de R\$19.677 mil em 2021, comparado a R\$12.831 mil em 2020.

Em 2021, o Brasil registrou a sua pior seca em mais de 90 anos. Isso fez com que os custos com compra de energia elétrica se elevassem. Houve um aumento do volume de compra de energia elétrica para revenda, em 2021, para minimizar o impacto do risco hidrológico.

Em 2021, a Companhia apurou o montante de R\$2.299 mil referente a despesas com imposto de renda e contribuição social, representando 6,93% em relação ao resultado de R\$33.155 mil antes dos efeitos fiscais. Comparativamente, em 2020, a Companhia apurou o montante de R\$1.526 mil referente a despesas com imposto de renda e contribuição social, representando 6,45% em relação ao Resultado de R\$23,664 mil antes dos efeitos fiscais.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA

O LAJIDA é utilizado pela Administração como medida de eficiência da atividade operacional e representa a capacidade potencial de geração de caixa da Companhia através de suas atividades operacionais.

Em 2021, o LAJIDA foi de R\$35.340 mil (R\$26.932 mil em 2020) e a margem do LAJIDA foi de 70,79% no mesmo período (76,87% em 2020), conforme demonstrado a seguir:

R\$ mil	2021	2020	Var. %
Resultado líquido	30.856	22.138	39,38
Despesa de IR e CS	2.299	1.526	50,66
Resultado financeiro	(2.490)	(1.457)	70,90
Depreciação e amortização	4.675	4.725	(1,06)
LAJIDA	35.340	26.932	31,22

SEGURANÇA DE BARRAGENS

A Companhia segue as mesmas diretrizes de segurança de barragens de sua controladora, Cemig GT, sendo esta responsável pelo investimento, manutenção e segurança das barragens do grupo, por meio de contrato de operação e manutenção.

O processo realizado pela Cemig GT que visa garantir a segurança das barragens utiliza, em todas as suas etapas, uma metodologia respaldada nas melhores práticas nacionais e internacionais, atendendo também à lei federal 12.334/2010, alterada pela Lei 14.066/2020, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), e a sua regulamentação associada (Resolução Normativa nº 696/2015 da Aneel).

Neste contexto, são contemplados os procedimentos de inspeção em campo, coleta e análise de dados de instrumentação, elaboração e atualização dos planos de segurança das barragens, planejamento e acompanhamento de serviços de manutenção, análise dos resultados e classificação das estruturas civis. Tendo como base a classificação das estruturas, são estabelecidas a frequência das inspeções de segurança e a rotina de monitoramento.

A vulnerabilidade de cada barragem é calculada automaticamente de forma contínua e monitorada por sistema especializado em segurança de barragens. Entre as atividades são feitas também revisões periódicas de segurança de barragem, que envolvem, além dos profissionais da Cemig GT, usualmente, equipe multidisciplinar de especialistas externos.

Estão disponíveis, atualmente, planos de ação de emergências (“PAE”) específicos para cada barragem, contemplando os seguintes itens:

- Identificação e análise de possíveis situações de emergência;
- Procedimentos de identificação de mau funcionamento ou condições potenciais de ruptura;
- Procedimentos de notificação;
- Procedimentos preventivos e corretivos a serem adotados em situações de emergência;
- Responsabilidades; e
- Divulgação, treinamento e atualização.

Os Planos de Ação de Emergências são documentos que sofrem atualizações ao longo do tempo, incorporando novos dados e metodologias, a fim de buscar sua efetividade durante um evento crítico. Buscando dar celeridade à tomada de decisão, a preparação para a emergência é dividida em duas vertentes: ações internas do empreendedor e ações externas de notificação e alerta. Para o segundo objetivo, a Cemig protocolou um plano de comunicação junto às Defesas Civis e prefeituras de jusante de seus barramentos, oficializando os limites de cada nível de alerta e quais são os canais de comunicação a serem realizados. Junto aos planos de comunicação, foram protocolados mapas de inundação para cheias naturais, além das manchas hipotéticas de ruptura.

No ano de 2021, mesmo com as dificuldades apresentadas pela pandemia COVID-19 e pela renovação das equipes das COMPDECs (ano pós-eleitoral), a atuação junto a estes organismos de defesa civil foi decisiva na estratégia de focar nas ações de integração dos PAEs das barragens do Grupo CEMIG, relacionando com os PLANCONs de 35 municípios diretamente envolvidos.

Ainda em 2021, foram realizadas cerca de 25 oficinas de trabalho virtuais para apresentação e discussão dos PAEs e uso do App PROX (Aplicativo de Gestão de Riscos). Foram também discutidas e executadas as ações listadas abaixo com foco na ZAS-Zona de Auto Salvamento, na região jusante das barragens:

1. Ação de cadastro de economias(telhados) e da população moradora permanente para 35 municípios,
2. Proposição de Rotas de Fuga e Pontos de Encontro para os 35 municípios,
3. Sinalização de Alerta (placas) implantada em 27 municípios.

O grupo Cemig também atuou fortemente na continuidade do projeto de pesquisa que foca no desenvolvimento do DIN – Dispositivo Individual de Notificação, que consiste num pequeno equipamento de alerta/alarme a ser colocado de maneira individual nas

residências de moradores inseridos na mancha de inundação (ZAS), caracterizado por ser de longo alcance, pouco consumo de energia; pode emitir alertas individualizados em áreas específicas e traz a corresponsabilidade da população em prol da cultura de resiliência e preparação à emergência. O projeto contemplará 20 barragens em 27 municípios.

Além disso, o “Programa Proximidade” disponibilizou o App. PROX, um App. móvel de Gestão de Riscos, de relacionamento com a população e com as COMPDECS. Além de informações hidrológicas e operativas de usinas do grupo Cemig, o aplicativo é uma ferramenta de gestão de riscos, cadastro, notificação e alerta para emergências em barragens.

Em 2021, o grupo Cemig também celebrou o Acordo de Cooperação Técnica para uso compartilhado do App. PROX, com o IBRAM-Instituto Brasileiro de Mineração e 11 empresas mineradoras associadas, visando o aumento da cobertura de segurança de outras populações sujeitas a emergências de barragens de mineração.

Os ganhos esperados são o aumento da cobertura de segurança, tanto para situações com barragens, mas também, para várias outras situações de perigo (enchentes, queimadas, incêndios, deslizamentos, etc.).

O grande ganho que a abordagem adotada pelo grupo Cemig propõe é a apresentação dos impactos causados pelas cheias naturais, dando maior segurança às populações ribeirinhas e desenvolvendo a resiliência das cidades a eventos de inundação.

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

Destinação do Resultado de 2021 – Proposta da Administração

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2022, que, ao resultado do exercício de 2021, no montante de R\$30.856 mil, acrescido do saldo de lucros acumulados, no montante de R\$2.218 mil, referente à realização da reserva de ajustes de avaliação em 2021, seja dada a seguinte destinação:

- R\$1.543 mil para constituição de reserva legal;
- R\$18.302 mil referentes a dividendos intermediários pagos; e,
- R\$13.229 mil para pagamento de dividendos adicionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Cemig PCH manifesta seu agradecimento ao Governo do Estado de Minas Gerais, pela confiança e apoio recebidos durante o ano estende também os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais e municipais.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

ATIVO

	Nota	2021	2020
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	2.018	9.023
Títulos e valores mobiliários	4	26.935	16.608
Consumidores e revendedores	5	2.050	3.748
Tributos compensáveis	6	159	1.276
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		201	-
Outros créditos		55	-
TOTAL DO CIRCULANTE		31.418	30.655
NÃO CIRCULANTE			
Títulos e valores mobiliários	4	5.540	3.735
Tributos compensáveis	6	472	-
Depósitos judiciais	7	2.917	2.888
Imobilizado	8	51.107	55.276
Intangível	9	400	-
Direito de uso	11	79	74
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		60.515	61.973
ATIVO TOTAL		91.933	92.628

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

PASSIVO

	Nota	2021	2020
CIRCULANTE			
Fornecedores	10	467	1.486
Encargos setoriais		6	6
Impostos, taxas e contribuições	12a	171	184
Imposto de renda e contribuição social	12b	-	262
Dividendos a pagar	13	-	676
Transações com partes relacionadas	18	138	143
Passivo de arrendamento	11	10	9
Outras obrigações		-	3
TOTAL DO CIRCULANTE		792	2.769
NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores	10	41	41
Impostos, taxas e contribuições	12a	264	71
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12b	647	459
Passivo de arrendamento	11	73	67
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		1.025	638
TOTAL DO PASSIVO		1.817	3.407
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13		
Capital social		45.952	45.952
Reserva de ajustes de avaliação patrimonial		23.527	25.745
Reserva de lucros		20.637	17.524
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		90.116	89.221
PASSIVO TOTAL		91.933	92.628

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	2021	2020
RECEITA LÍQUIDA	14	49.924	35.038
CUSTOS OPERACIONAIS			
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA	15		
Energia elétrica comprada para revenda		(11.721)	(5.314)
Encargos de distribuição		(388)	(401)
		(12.109)	(5.715)
CUSTOS DE OPERAÇÃO	15		
Materiais		(101)	(110)
Serviços de terceiros		(1.833)	(1.573)
Depreciação e amortização		(4.675)	(4.725)
Outros custos		(19)	(18)
		(6.628)	(6.426)
CUSTO TOTAL		(18.737)	(12.141)
LUCRO BRUTO		31.187	22.897
DESPESA OPERACIONAL	15		
Despesas gerais e administrativas		(786)	(775)
Outras despesas operacionais		(154)	85
		(940)	(690)
Ganho com ressarcimento do GSF	9	418	-
Resultado Operacional antes do resultado financeiro		30.665	22.207
Receitas financeiras	16	2.502	1.469
Despesas financeiras	16	(12)	(12)
		2.490	1.457
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		33.155	23.664
Imposto de renda e contribuição social corrente	17	(2.111)	(1.624)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	(188)	98
RESULTADO DO EXERCÍCIO		30.856	22.138
RESULTADO POR AÇÃO – R\$		0,6715	0,4818

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais)

	2021	2020
RESULTADO DO EXERCÍCIO	30.856	22.138
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	30.856	22.138

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto dividendos por ação)

	Capital social	Reservas de lucros		Reserva de ajustes de avaliação	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
		Reserva legal	Retenção de lucros			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	45.952	4.758	12.790	28.033	-	91.533
Realização da reserva de ajustes de avaliação	-	-	-	(2.288)	2.288	-
Aprovação de dividendos adicionais propostos (R\$0,2783 por ação)	-	-	(12.790)	-	-	(12.790)
Resultado do exercício	-	-	-	-	22.138	22.138
Dividendos intermediários (R\$0,239 por ação)	-	-	-	-	(10.984)	(10.984)
Destinação do Lucro Proposta à AGO:						
Reserva legal	-	1.107	-	-	(1.107)	-
Dividendos obrigatórios (R\$0,0147 por ação)	-	-	-	-	(676)	(676)
Dividendos adicionais propostos (R\$0,2537 por ação)	-	-	11.659	-	(11.659)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	45.952	5.865	11.659	25.745	-	89.221
Realização da reserva de ajustes de avaliação	-	-	-	(2.218)	2.218	-
Aprovação de dividendos adicionais propostos (R\$0,2537 por ação)	-	-	(11.659)	-	-	(11.659)
Resultado do exercício	-	-	-	-	30.856	30.856
Dividendos intermediários (R\$0,3983 por ação)	-	-	-	-	(18.302)	(18.302)
Destinação do lucro proposta à AGO:						
Constituição reserva legal	-	1.543	-	-	(1.543)	-
Dividendos adicionais propostos (R\$0,2879 por ação)	-	-	13.229	-	(13.229)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	45.952	7.408	13.229	23.527	-	90.116

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais)

	2021	2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do exercício	30.856	22.138
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	4.672	4.723
Amortização do direito de uso (Nota 11)	3	2
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 17)	188	(98)
PIS/Pasep e Cofins diferidos	123	-
Variação monetária sobre depósitos vinculados a litígio (Nota 16)	(29)	(18)
Juros - Passivo de arrendamento (Nota 11)	10	8
Ganho com ressarcimento do GSF (Nota 9)	(418)	-
	35.405	26.755
(Aumento) Redução de ativos		
Consumidores e revendedores (Nota 5)	1.698	448
Tributos compensáveis (Nota 6)	522	297
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	(201)	-
Outros créditos	(63)	-
	1.956	745
Aumento (Redução) de passivos		
Fornecedores (Nota 10)	(1.019)	(3.064)
Impostos, taxas e contribuições (Nota 12)	180	(26)
Imposto de renda e contribuição social (Nota 12)	1.692	2.684
Transações com partes relacionadas (Nota 18)	(5)	16
Outras obrigações	4	-
	852	(390)
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	38.213	27.110
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.954)	(2.891)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	36.259	24.219
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Títulos e valores mobiliários (Nota 4)	(12.132)	13.506
Imobilizado e intangível (Nota 8 e 9)	(485)	(484)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(12.617)	13.022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Dividendos pagos	(30.637)	(29.972)
Arrendamentos pagos (Nota 11)	(10)	(8)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(30.647)	(29.980)
VARIAÇÃO LÍQUIDA NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(7.005)	7.261
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício (Nota 3)	9.023	1.762
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício (Nota 3)	2.018	9.023
	(7.005)	7.261

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig PCH S.A. (“Companhia” ou “Cemig PCH”) é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão (“Cemig GT”), constituída em 2 de outubro de 2001, domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200, 12º andar, Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG – CEP 30.190 – 131.

A Companhia tem por objetivo a exploração comercial do potencial hidráulico da Pequena Central Hidrelétrica denominada PCH Pai Joaquim, com 23 MW de potência instalada (informação não auditada), localizada no Rio Araguari, Municípios de Sacramento e Santa Juliana, Estado de Minas Gerais. A autorização Aneel da PCH Pai Joaquim vence em 2032.

A energia produzida pela PCH Pai Joaquim é 100% incentivada e comercializada no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

A PCH Pai Joaquim foi fortemente impactada com a redução da sua garantia física em função de penalidades regulatórias aplicadas a desempenho de PCHs. Em 2009, a publicação da Portaria no Ministério de Minas e Energia (MME) nº 463 estabeleceu uma metodologia para o cálculo dos montantes de energia assegurada de energia de usinas hidrelétricas não despachadas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico, impactando fortemente os resultados da Companhia com a redução da energia assegurada da PCH Pai Joaquim. No fim de 2011, foi publicado o Despacho pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) nº 3.584, excluindo a PCH Pai Joaquim do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE). Em 2012, com a publicação da Portaria MME nº 58, de 30 de julho de 2012, houve a maior perda, quando sua energia assegurada foi reduzida de 12,52 MW médios para 2,41 MW médios a partir do primeiro semestre de 2013. A usina veio recuperando sua garantia física desde 2013 e chegou a 4,26 MW médios, com a publicação da Portaria MME nº 30 de 29 de janeiro de 2015.

Foram realizadas melhorias como a adequação do sistema de resfriamento, com conclusão em outubro de 2015 e mudanças na operação da PCH que permitiram melhorar seu desempenho, aumentado a média de geração, se comparado a anos anteriores.

Em abril de 2017, a Companhia ajuizou ação judicial contra os efeitos da Resolução Aneel 409/10 e em setembro de 2017 houve liminar do TRF-DF favorável à Cemig PCH. Posteriormente, ocorreu a publicação da Portaria MME 254/2017 retornando à garantia física original de 13,91 MW médios e em outubro de 2017 a usina retornou ao MRE.

A Cemig Geração e Transmissão SA, via contratos de compartilhamento de infraestrutura e de engenharia regulados pela ANEEL, presta os serviços administrativos e de operação e manutenção para a Companhia.

Repactuação do risco hidrológico (Generation Scaling Factor - GSF)

Em 09 de setembro 2020 foi publicada a Lei nº 14.052 que alterou a Lei nº 13.203/2015, estabelecendo novas condições para repactuação do risco hidrológico referente a parcela dos custos incorridos com o GSF, assumido pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) entre 2012 e 2017, com o agravamento da crise hídrica.

A compensação aos geradores hidroelétricos ocorreu por meio da extensão dos respectivos prazos de concessão das outorgas de geração. Os prazos de extensão foram homologados pela Resolução Homologatória Aneel 2.919 de 2021 e pela Resolução Homologatória 2.931 de 2021. A Companhia teve prazo de extensão igual ao máximo permitido pela Lei nº 14.052/2020, que corresponde a 7 anos (2.555 dias).

Vide mais informações na nota explicativa nº 09.

COVID-19

Contexto geral

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou como pandemia a situação de disseminação do Covid-19, reforçando as recomendações de medidas restritivas como estratégia de combate ao vírus, em nível mundial. Essas medidas, consubstanciadas, principalmente, no distanciamento social, impactaram negativamente muitas entidades, afetando seus processos de produção, interrompendo suas cadeias de suprimentos, causando escassez de mão-de-obra e fechamento de lojas e instalações. As economias mundiais vêm se esforçando no desenvolvimento de medidas para enfretamento e redução dos efeitos da crise econômica causada pela pandemia, especialmente por meio de seus bancos centrais e autoridades fiscais.

Medidas implementadas pela Companhia

A Companhia segue as mesmas diretrizes de sua controladora, que criou, em 23 de março de 2020, o Comitê Diretor de Gestão da Crise do Coronavírus, com o objetivo de garantir maior agilidade na tomada de decisões, tendo em vista a rápida evolução do cenário, que tem se tornado mais abrangente, complexo e sistêmico.

Em linha com as recomendações para manutenção do distanciamento social, a Companhia implementou um plano de contingência operacional e uma série de medidas preventivas para manter a saúde e segurança da sua força de trabalho, incluindo: realização diária de contato “in loco” com as equipes em serviço por técnicos de Segurança e de Enfermagem, integração diária com o serviço social das contratadas para monitoramento da evolução de casos suspeitos, alteração e escalonamento de horários para reduzir aglomerações, restrição a viagens nacionais e internacionais, uso de meios remotos de comunicação, adoção de home-office para uma parcela relevante dos empregados, distribuição de

máscaras para os colaboradores que estão em atividades em suas instalações ou em atendimento externo e exigência do mesmo procedimento para as empresas contratadas.

Para mitigação dos impactos da crise econômica, a Companhia foi diligente no sentido de proteger a sua liquidez e implementou as seguintes medidas, entre outras:

- contingenciamento de investimentos e redução de despesas;
- negociação de contratos com seus consumidores livres.

Impacto nas demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021, a partir da observação dos impactos econômicos da pandemia, a Companhia avaliou as premissas utilizadas para cálculo do valor justo e valor recuperável de seus ativos financeiros e não financeiros, identificando os seguintes efeitos:

- Na mensuração da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa, a Companhia implementou negociações com seus consumidores, o que permitiu que o impacto da retração econômica sobre a inadimplência dos grandes consumidores livres não fosse relevante;
- A Companhia vem estabelecendo negociações com os seus clientes e fornecedores de energia elétrica visando preservar sua liquidez no período da crise.

Os impactos da pandemia Covid-19 divulgados nessas Demonstrações Financeiras foram baseados nas melhores estimativas da Companhia, não tendo sido observados impactos significativos da pandemia na situação patrimonial da Companhia em 2021.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP") que compreendem: a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 29 de abril de 2022, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

2.2 Bases de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 5 – Consumidores, concessionárias e permissionárias (fornecimento não faturado de energia elétrica);
- Nota 8 – Imobilizado (Depreciação);
- Nota 14 – Receita (fornecimento não faturado de Energia Elétrica);

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.5 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021

A Companhia avaliou a aplicação pela primeira vez da alteração ao CPC 06 (R2), em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2021 ou após esta data, que restringe a aplicação do expediente prático referente à opção por não avaliar se um benefício concedido em razão da pandemia Covid-19 é uma modificação de contrato às situações em que determinadas condições são satisfeitas.

Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia.

2.6 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu a Revisão nº 19/2021, em 25 de outubro de 2021, estabelecendo alterações nos pronunciamentos CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, CPC 48 – Instrumentos Financeiros, CPC 29 – Ativo Biológico, CPC 27 – Ativo Imobilizado, CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios, em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias 2018-2020.

As principais alterações dessa revisão estão descritas a seguir:

CPC 27 – Ativo imobilizado – Receitas anteriores ao uso pretendido pela Administração: Proíbe as entidades de deduzirem do custo do bem do ativo imobilizado quaisquer receitas advindas da venda de itens produzidos enquanto o ativo é estabelecido no local e condição necessária para ser capaz de funcionar na forma pretendida pela administração. Essas receitas e custos associados devem ser reconhecidos diretamente no resultado. A revisão se aplica aos períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2022 e deve ser aplicada retrospectivamente aos bens do ativo imobilizado que se tornaram disponíveis para uso a partir do período anterior mais antigo apresentado. A Companhia não espera impactos materiais advindos dessa revisão.

CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Contratos onerosos: A alteração especifica quais custos a entidade precisa incluir quando avalia se um contrato é oneroso. A alteração aplica uma “abordagem de custo relacionado diretamente”, sendo que o custo que se relaciona diretamente com um contrato para fornecer mercadorias ou serviços inclui custos incrementais e uma alocação de custos diretamente relacionado às atividades do contrato. Custos gerais e administrativos não se relacionam diretamente com um contrato e são excluídos a menos que sejam explicitamente cobrados da contraparte nos termos do contrato. A revisão se aplica aos períodos anuais que se iniciam a partir de 1º de janeiro de 2022 e se aplica prospectivamente. A Companhia não espera impactos materiais advindos dessa revisão, que será aplicada aos contratos cujas obrigações não estiverem totalmente cumpridas no início do período anual em que forem inicialmente adotadas.

CPC 48 – Instrumentos financeiros – Efeitos das comissões e taxas no Teste “de 10%” para desreconhecimento de passivos financeiros: As alterações esclarecem as taxas que devem ser consideradas na avaliação de quando os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos originais. Essas taxas incluem somente aquelas pagas ou recebidas pelo credor e devedor, incluindo aquelas pagas ou recebidas em nome do outro. A revisão se aplica aos períodos anuais que se iniciam a partir de 1º de janeiro de 2022, prospectivamente. A Companhia aplicará as alterações aos passivos financeiros que forem modificados ou trocados a partir do início do período anual em que a alteração for aplicada pela primeira vez. A Companhia não espera impactos materiais advindos dessa revisão.

2.7 Principais Práticas Contábeis

As políticas contábeis referentes às atuais operações da Companhia que implicam em julgamento e utilização de critérios específicos de avaliação são como segue:

a) Instrumentos financeiros

Valor justo por meio do resultado – encontram-se nesta categoria os equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários.

Custo amortizado – encontram-se nesta categoria os créditos com clientes, títulos e valores mobiliários, depósitos judiciais, fornecedores, partes relacionadas e passivo de arrendamento.

b) Consumidores, concessionárias e permissionárias

As contas a receber de consumidores, concessionárias e permissionárias são registradas inicialmente pelo valor da energia fornecida, faturado e não faturado, e, subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado.

c) Imobilizado

A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço, pelo método linear, mediante aplicação das taxas que refletem a vida útil estimada dos bens, para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, limitadas ao prazo dos contratos de concessão aos quais se referem.

As principais taxas de depreciação dos ativos do Imobilizado estão demonstradas na nota explicativa nº 8 das Demonstrações Financeiras.

d) Redução ao valor recuperável

Ao avaliar a perda de valor recuperável de ativos financeiros, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Adicionalmente, a Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

e) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.

A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

Um passivo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias tributáveis referentes a receitas financeiras tributadas pelo regime de caixa.

f) Receita operacional

De forma geral, as receitas são reconhecidas quando existem evidências convincentes de acordos ou quando os serviços são prestados, os preços são fixados ou determináveis, e o recebimento é razoavelmente assegurado, independente do efetivo recebimento do dinheiro.

As receitas de transações com energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. O faturamento é feito em bases mensais. O fornecimento de energia não faturado, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é estimado com base no fornecimento contratado. Historicamente, as diferenças entre os valores estimados e os realizados não têm sido relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

g) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras referem-se principalmente a receita de aplicação financeira e créditos tributários sobre receitas financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem principalmente despesas bancárias e juros do passivo de arrendamento.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2021	2020
Bancos conta movimento	720	101
Aplicações Financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	20	8.073
Overnight	1.278	849
	<u>2.018</u>	<u>9.023</u>

Os Certificados de Depósito Bancário – CDBs pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário – CDI divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP, que foi 105% em 31 de dezembro de 2021 (entre 65% e 99% em 31 de dezembro de 2020), conforme operação.

As operações de overnight consistem em aplicações com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa que varia entre 8,87% e 9,14% em 31 de dezembro de 2021 (1,89% em 31 de dezembro de 2020).

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2021	2020
Circulante		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	1.578	2.699
Letras Financeiras Bancos - LFs	22.244	10.263
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs	2.800	3.616
Debêntures	313	30
	26.935	16.608
Não Circulante		
Letras Financeiras Bancos - LFs	5.464	3.612
Debêntures	76	123
	5.540	3.735
	32.475	20.343

Os Certificados de Depósito Bancário – CDB pré ou pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). Os CDBs que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração de 107,24% do CDI em 31 de dezembro de 2021 (entre 106% e 110% do CDI em 31 de dezembro de 2020).

As Letras Financeiras – Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As LFs que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração que variam entre 105% e 130% do CDI em 31 de dezembro de 2020 (entre 99,5% e 130% em 31 de dezembro de 2020).

As Letras Financeiras do Tesouro (LFT) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título.

Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração que variam entre Taxa Referencial (TR) + 1% e 109% do CDI em 31 de dezembro de 2021 (entre Taxa Referencial (TR) + 1% e 109% do CDI em 31 de dezembro de 2020).

As aplicações em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na nota explicativa nº 18 dessas Demonstrações Financeiras.

5. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

Classe de consumidor	Saldos a vencer	Total	
	Não faturado	2021	2020
Fornecimento industrial	1.440	1.440	3.748
CCEE - Energia elétrica de curto prazo	610	610	-
Total	2.050	2.050	3.748

6. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	2021	2020
Circulante		
ICMS a recuperar	157	1.064
PIS/Pasep	1	167
Cofins	1	45
	159	1.276
Não circulante		
PIS/Pasep	84	-
Cofins	388	-
	472	-
TOTAL	631	1.276

7. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIO

	2021	2020
Obrigações fiscais		
PIS/Pasep e Cofins	2.917	2.888
TOTAL	2.917	2.888

Os depósitos vinculados a litígios referem-se a contingências de obrigações fiscais - exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/Pasep e Cofins.

8. IMOBILIZADO

	Taxa média anual de deprec. (%)	2021			2020		
		Custo	Deprec. acum.	Valor líquido	Custo	Deprec. acum.	Valor líquido
Em serviço	4,21	111.421	(61.933)	49.488	111.131	(57.279)	53.852
Terrenos, o. civis, benfeitorias e edificações	4,20	29.556	(16.237)	13.319	29.556	(14.996)	14.560
Reservatórios, barragens e adutoras	4,16	47.500	(26.278)	21.222	47.500	(24.304)	23.196
Máquinas e equipamentos	4,31	34.356	(19.410)	14.946	34.066	(17.971)	16.095
Móveis e utensílios	6,25	9	(8)	1	9	(8)	1
Em curso		1.619	-	1.619	1.424	-	1.424
Máquinas e equipamentos		1.211	-	1.211	1.337	-	1.337
Outros		408	-	408	87	-	87
Total		113.040	(61.933)	51.107	112.555	(57.279)	55.276

A movimentação do imobilizado é como segue:

	Valor bruto em 31/12/2020	Adições (A)	Transf. (B)	Valor bruto em 31/12/2021	Adições líquidas (A) + (B)	Deprec. acum.	Valor líquido em 31/12/2021
Em serviço	111.131	-	290	111.421	290	(61.933)	49.488
Terrenos, o. civis, benfeitorias e edificações	29.556	-	-	29.556	-	(16.237)	13.319
Reservatórios, barragens e adutoras	47.500	-	-	47.500	-	(26.278)	21.222
Máquinas e equipamentos	34.066	-	290	34.356	290	(19.410)	14.946
Móveis e utensílios	9	-	-	9	-	(8)	1
Em curso	1.424	485	(290)	1.619	195	-	1.619
Máquinas e equipamentos	1.337	164	(290)	1.211	(126)	-	1.211
Outros	87	321	-	408	321	-	408
Total	112.555	485	-	113.040	485	(61.933)	51.107

A Companhia avaliou o ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e não identificou indícios de perda de valor recuperável.

Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela Aneel, com exceção dos ativos que possuem vida útil superior a data de término da concessão, uma vez que estes ativos, desde que pertencentes ao projeto original, não serão indenizados ao término da concessão. Em 2021, a taxa média de depreciação anual foi de 4,21% (4,29% em 2020).

9. INTANGÍVEL

Repactuação do Risco Hidrológico (Generation Scaling Factor - GSF)

Em 09 de setembro 2020 foi publicada a Lei nº 14.052, que alterou a Lei nº 13.203/2015, estabelecendo o direito de ressarcimento pelos custos incorridos com o GSF, assumidos pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) entre os anos de 2012 e 2017.

A alteração legal teve como objetivo a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE por riscos não hidrológicos causados por: (i) empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física, (ii) às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes e (iii) por geração fora da ordem de mérito e importação. A referida compensação dar-se-á mediante a extensão da outorga, limitada a 7 anos, calculada com base nos valores dos parâmetros aplicados pela Aneel.

Em 1º de dezembro de 2020, foi editada a Resolução Normativa Aneel nº 895, que estabeleceu a metodologia para o cálculo da compensação e os procedimentos para a repactuação do risco hidrológico. Para serem elegíveis às compensações previstas na Lei nº 14.052, os titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE deverão: (i) desistir de eventuais ações judiciais cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE, (ii) renunciar qualquer alegação e/ou novas ações em relação à isenção ou mitigação dos riscos hidrológicos relacionadas ao MRE, e (iii) não ter repactuado o risco hidrológico nos termos da Lei nº 13.203/2015.

Em 03 de agosto de 2021, a Aneel homologou, por meio da Resolução Homologatória nº 2.919/2021, o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, que repactuaram o risco hidrológico por meio da Resolução nº 684/2015. A ReH nº 2.919/2021 foi alterada em 08 de setembro pela Resolução Homologatória nº 2.931.

Em 11 de junho de 2021, o Conselho de Administração da Cemig GT autorizou a renúncia de eventual processo judicial centrado no MRE, bem como a assinatura do Termo de Aceitação aos termos da Lei nº 14.052/2020, para as usinas dos Contratos de Concessão da Cemig GT e suas subsidiárias. Com a aprovação do Conselho de Administração da adesão aos termos da Lei, a Companhia reconheceu um ativo intangível referente ao direito à extensão da outorga, em contrapartida à rubrica “Custos operacionais – Recuperação de custos – Risco hidrológico”, no montante de R\$418, conforme tabela abaixo:

	2021			2020		
	Custo	Amort. acum.	Valor líquido	Custo	Amort. acum.	Valor líquido
Em serviço	418	(18)	400	-	-	-
Ativos da concessão - GSF	418	(18)	400	-	-	-
Total	418	(18)	400	-	-	-

A amortização do ativo intangível é linear, pelo novo prazo remanescente da concessão, ou seja, o prazo da extensão do direito de outorga da concessão foi adicionado ao prazo originalmente acordado, para cálculo do novo período de amortização.

A movimentação do intangível é como segue:

	Valor bruto em 31/12/2020	Adições (A)	Transf. (B)	Valor bruto em 31/12/2021	Adições líquidas (A) + (B)	Amort. acum.	Valor líquido em 31/12/2021
Em serviço	-	418	-	418	418	(18)	400
Ativos da concessão - GSF	-	418	-	418	418	(18)	400
Em curso	-	-	-	-	-	-	-
Total	-	418	-	418	418	(18)	400

O valor justo do direito de extensão da outorga foi estimado, conforme tabela abaixo, utilizando a abordagem da receita, por meio da qual se converte valores futuros em um valor único atual, descontado pela taxa de rentabilidade aprovada pela Administração para a atividade de geração de energia, refletindo as expectativas de mercado atuais, baseando-se em premissas internas da Companhia, em relação aos valores futuros.

Agente/Usina	Ativo intangível – Direito de extensão da outorga	Fim da concessão	Extensão em dias	Novo fim da concessão
Cemig PCH	418			
PCH Pai Joaquim	418	04/04/2032	163	14/09/2032

10. FORNECEDORES

	2021	2020
Materiais e serviços	459	726
Suprimento e transporte de energia elétrica	8	760
Outros	41	41
Total	508	1.527
Circulante	467	1.486
Não circulante	41	41

11. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

A Companhia reconheceu um direito de uso e um passivo de arrendamento para os seguintes contratos que contém arrendamento, nos termos do CPC 06 (R2):

- Arrendamento do edifício utilizado como sede administrativa;

As taxas de desconto foram obtidas tendo como referência a taxa de empréstimo incremental do grupo Cemig. Em 2021, a Companhia revisou a metodologia para estimativa das taxas de desconto, que passou a ser baseada na taxa livre de risco ajustada à realidade do grupo Cemig, visando refletir mais adequadamente o seu risco de crédito e as condições econômicas na data da contratação, conforme segue:

	Taxa anual (%)	Taxa mensal (%)
Adoção inicial		
Até 2 anos	7,96	0,64
De 3 a 5 anos	10,64	0,85
De 6 a 20 anos	13,17	1,04
Contratos celebrados entre 2019 e 2021		
Até 3 anos	6,87	0,56
De 3 a 4 anos	7,33	0,59
De 4 a 20 anos	8,08	0,65

a) Direito de uso

O ativo de direito de uso foi mensurado pelo custo, composto pelo valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento ajustada pelas suas remensurações e amortizado em bases lineares até o término do prazo do arrendamento ou da vida útil do ativo identificado, conforme o caso.

A movimentação do ativo de direito de uso é como segue:

	Imóveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	-	-
Adição	75	75
Remensuração	1	1
Amortização	(2)	(2)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	74	74
Remensuração	8	8
Amortização	(3)	(3)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	79	79

b) Passivo de arrendamento

O passivo de arrendamento reconhecido é mensurado pelo valor presente dos pagamentos mínimos exigidos nos contratos, descontados pela taxa de empréstimo incremental do grupo Cemig. O valor contábil do passivo de arrendamentos é remensurado se houver modificações no contrato qualificáveis para tanto.

A movimentação do passivo de arrendamento é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	-
Adição	75
Juros incorridos	8
Arrendamentos pagos	(8)
Juros sobre arrendamentos pagos	-
Remensuração	1
Saldo em 31 de dezembro de 2020	76
Juros incorridos	10
Arrendamentos pagos	(10)
Juros sobre arrendamentos pagos	(1)
Remensuração	8
Saldo em 31 de dezembro de 2021	83
Passivo circulante	10
Passivo não circulante	73

12. TRIBUTOS

a) Impostos, taxas e contribuições

	2021	2020
Circulante		
Cofins	56	124
PIS/Pasep	12	27
Outros	103	33
Total circulante	171	184
Não Circulante		
Cofins (1)	217	58
PIS/Pasep (1)	47	13
Total não circulante	264	71
TOTAL	435	255

(1) PIS/Pasep e Cofins diferidos decorrentes da diferença entre regime de caixa e regime de competência reflexos da alteração do regime de tributação em 2021. Além disso, créditos de PIS/Pasep e Cofins em decorrência da exclusão do ICMS da base de cálculo desses tributos.

b) Imposto de renda e contribuição social

	2021	2020
Circulante		
Imposto de renda	-	165
Contribuição social	-	97
Total circulante	-	262
Não circulante		
Imposto de renda diferido	483	337
Contribuição social diferida	164	122
Total	647	459
TOTAL	647	721

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é de R\$45.952, representado por 45.952.000 (quarenta e cinco milhões, novecentos e cinquenta e duas mil) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig Geração e Transmissão - Cemig GT.

a) Reservas de lucros

A composição da conta de reservas de lucros é demonstrada como segue:

Reservas de lucros	2021	2020
Reserva legal	7.408	5.865
Reserva de lucros (Dividendos adicionais propostos)	13.229	11.659
Total	20.637	17.524

Reserva Legal

A constituição da reserva legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia constituiu R\$1.543 de reserva legal em 2021 (R\$1.107 em 2020), correspondendo a 5,00% do lucro apurado no exercício.

Reserva de proposta de distribuição de dividendos adicionais

A Companhia registrou o montante de R\$13.229 na reserva de lucros em 2021 (R\$11.659 em 2020), referente a dividendos propostos pela administração que excedem a 50% do lucro líquido do exercício, dividendo mínimo previsto no estatuto social, a serem transferidos para o passivo, como dividendos a pagar, após a aprovação da proposta pela Assembleia Geral de Acionistas.

b) Reserva de Ajustes de Avaliação

Os valores registrados como custo atribuído dos ativos de geração devem-se à avaliação dos ativos de geração, com a definição do seu valor justo pelo custo de reposição na adoção inicial das normas contábeis internacionais em 1º de janeiro de 2009, quando tal avaliação implicou em um aumento no valor desses ativos, com o registro na conta específica do Patrimônio Líquido.

c) Dividendos

O estatuto social da Companhia determina o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 50% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma legal a título de dividendos estatutários.

O cálculo dos dividendos propostos para distribuição aos acionistas referente ao resultado está demonstrado abaixo:

	2021	2020
Dividendos		
Resultado do exercício	30.856	22.138
(-) Constituição da reserva Legal	(1.543)	(1.107)
Realização do custo atribuído	2.218	2.288
Resultado do exercício ajustado	31.531	23.319
Dividendos obrigatórios	15.766	11.660
Dividendos obrigatórios	-	676
Dividendos intermediários	18.302	10.984
Dividendos adicionais	13.229	11.659
Total dos dividendos	31.531	23.319

Destinação do resultado de 2021 – Proposta da Administração

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2022, que, ao resultado do exercício de 2021, no montante de R\$30.856, acrescido do saldo de lucros acumulados, no montante de R\$2.218, referente à realização da reserva de ajustes de avaliação em 2021, seja dada a seguinte destinação:

- R\$1.543 para constituição de reserva legal;
- R\$18.302 referentes a dividendos intermediários pagos; e,
- R\$13.229 para pagamento de dividendos adicionais.

14. RECEITA

	2021	2020
Fornecimento bruto de energia (a)	52.189	36.438
Deduções à receita operacional (b)	(2.265)	(1.400)
Receita operacional líquida	49.924	35.038

a) Receita bruta de energia elétrica

Classe de consumidor	2021	2020
Fornecimento faturado - Industrial	1.715	-
Fornecimento - Não faturado	154	(896)
Suprimento a outras concessionárias	46.126	37.152
Transações com energia na CCEE	4.194	182
Total	52.189	36.438

b) Deduções à receita operacional

	2021	2020
Cofins	1.447	1.093
PIS/Pasep	314	237
ICMS	429	-
Taxa de fiscalização de serviço de energia	75	70
Total	2.265	1.400

15. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2021	2020
Pessoal	371	337
Materiais	101	110
Serviços de terceiros (a)	2.264	2.010
Depreciação e amortização	4.675	4.725
Energia elétrica comprada para revenda	11.721	5.314
Encargos de distribuição	388	401
Outros custos e despesas (recuperação de despesas)	157	(66)
Total	19.677	12.831
Custos	18.737	12.141
Despesas	940	690
TOTAL	19.677	12.831

a) Serviços de terceiros

	2021	2020
Manutenção e conservação de instalações	1.687	1.524
Meio ambiente	84	3
Vigilância	305	278
Tecnologia da informação	51	62
Auditoria	50	49
Publicações legais	19	37
Outros	68	57
Total	<u>2.264</u>	<u>2.010</u>

b) Energia elétrica comprada para revenda

	2021	2020
Energia de curto prazo	6.010	1.891
Energia adquirida no ambiente livre	5.711	3.423
	<u>11.721</u>	<u>5.314</u>

16. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2021	2020
Receitas financeiras		
Renda de aplicação financeira	2.342	998
Variação monetária de depósitos judiciais	29	18
Variação monetária de créditos tributários	85	244
Créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre receitas financeiras	-	209
Outras receitas financeiras	46	-
	<u>2.502</u>	<u>1.469</u>
Despesas financeiras		
Juros - Passivo de arrendamento	(10)	(8)
Outras despesas financeiras	(2)	(4)
	<u>(12)</u>	<u>(12)</u>
Resultado financeiro	<u>2.490</u>	<u>1.457</u>

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2021	
	Imposto de renda	Contribuição social
LUCRO PRESUMIDO		
Fornecimento bruto de energia elétrica	55.546	55.546
Percentual de presunção	8%	12%
	4.444	6.666
Receita financeira s/ resgate efetivo de aplicações	1.549	1.549
Outras receitas financeiras	131	131
Base de cálculo	6.124	8.346
Alíquota	15%	9%
IR e CS - Lucro presumido	919	751
Adicional (10% s/ valor superior a R\$240)	588	-
IR e CS - Lucro presumido	1.507	751
Renda de aplicações não resgatadas	793	793
Alíquota	25%	9%
IR e CS Diferidos	198	71
Varição monetária - Depósitos judiciais	29	29
Alíquota	25%	9%
IR e CS Diferidos	7	3
LUCRO PRESUMIDO - REGIME CAIXA X COMPETÊNCIA		
Receita não tributada pelo regime caixa (receita diferida)	(3.357)	(3.357)
Percentual de presunção	8%	12%
Base de cálculo - Lucro presumido	(269)	(403)
Alíquota	25%	9%
IR e CS - Lucro presumido	(67)	(36)
LUCRO PRESUMIDO - Ressarcimento custo GSF		
Ressarcimento GSF (receita diferida)	400	400
Percentual de presunção	8%	12%
Base de cálculo - Lucro presumido	32	48
Alíquota	25%	9%
IR e CS - Lucro presumido	8	4
IRPJ/CSLL apurado a maior em períodos anteriores	(96)	(51)
Corrente	1.411	700
Diferido	146	42

	2020	
	Imposto de renda	Contribuição social
LUCRO PRESUMIDO		
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	36.438	36.438
Percentual de Presunção	8%	12%
	2.915	4.373
Receita Financeira sobre resgate efetivo de Aplicações	1.304	1.304
Outras Receitas Financeiras	244	244
Base de Cálculo	4.463	5.921
Alíquota	15%	9%
IR e CS - Lucro Presumido	669	533
Adicional (10% s/ valor superior a R\$240)	422	-
IR e CS Lucro Presumido	1.091	533
Renda de Aplicações Não Resgatadas	(306)	(306)
Alíquota	25%	9%
IR e CS Diferidos – rendas não resgatadas	(77)	(28)
Variação Monetária Depósitos Judiciais	18	18
Alíquota	25%	9%
IR e CS Diferidos – depósitos judiciais	5	2
IR e CS Diferidos	(72)	(26)
Resultado IR e CS	1.019	507
Corrente	1.091	533
Diferido	(72)	(26)

18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Controlador								
Cemig Geração e Transmissão								
Circulante								
Convênio de compartilhamento (1)	-	-	138	143	-	-	(436)	(441)
Convênio de compartilhamento - O&M (2)	-	-	157	305	-	-	(885)	(269)
Prestação de serviços (3)	-	-	-	-	-	-	(84)	(589)
Dividendos	-	-	-	676	-	-	-	-
Outras partes relacionadas								
Cemig Distribuição								
Circulante								
Operações com energia elétrica (4)	8	-	-	-	-	-	(195)	(99)
FIC Pampulha								
Circulante								
Caixa e equivalentes	412	848	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	8.673	16.608	-	-	992	188	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	1.784	3.735	-	-	-	-	-	-

As condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

- (1) Convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática;
- (2) Convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura entre Cemig Geração e Transmissão e suas subsidiárias integrais de geração anuído pelo Despacho Aneel 1.319/2020. Inclui, apenas, o reembolso de despesas relacionadas aos processos de engenharia, operação e manutenção da geração de energia elétrica;
- (3) Refere-se a contrato de prestação de serviço de operação e manutenção de usina vigente até a entrada em vigor do convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura entre Cemig Geração e Transmissão e suas subsidiárias integrais de geração anuído pelo Despacho Aneel 1.319/2020;
- (4) As operações de venda e compra de energia elétrica entre geradores e distribuidores são realizadas por meio de leilões no ambiente de contratação regulado organizados pelo Governo Federal. No ambiente de contratação livre, por sua vez, são realizadas por meio de leilões ou mediante contratação direta, conforme legislação aplicável. Já as operações de transporte de energia elétrica são realizadas pelas transmissoras e decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional pelo Operador Nacional do Sistema (ONS).

Aplicações em fundo de investimento FIC Pampulha

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações do grupo Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e valores mobiliários” no ativo circulante e não circulante, proporcionalmente à participação da Companhia no fundo, 1,52% em 31 de dezembro de 2021 (0,49% em 31 de dezembro de 2020).

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 são demonstrados na tabela abaixo:

	2021	2020
Remuneração	14	13
Participação nos resultados	3	5
Previdência privada	1	1
Total (1)	18	19

- (1) A Companhia não remunera diretamente os membros do pessoal-chave da administração, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016.

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nível	2021		2020	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Custo amortizado (1)					
Consumidores e revendedores	2	2.050	2.050	3.748	3.748
Títulos e valores mobiliários	2	17.043	17.043	6.819	6.819
Depósitos judiciais	2	2.917	2.917	2.888	2.888
		22.010	22.010	13.455	13.455
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	2	1.298	1.298	8.922	8.922
Títulos e valores mobiliários					
Certificados de depósitos bancários - CDBs	2	1.578	1.578	1.816	1.816
Letras Financeiras Bancos - LFs	2	11.054	11.054	8.092	8.092
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	2.800	2.800	3.616	3.616
		16.730	16.730	22.446	22.446
		38.740	38.740	35.901	35.901
Passivos					
Custo amortizado (1)					
Fornecedores	2	(508)	(508)	(1.527)	(1.527)
Partes relacionadas	2	(138)	(138)	(143)	(143)
Passivo de arrendamento	2	(83)	(83)	(76)	(76)
		(729)	(729)	(1.746)	(1.746)

(1) Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os saldos contábeis refletem os valores justos dos instrumentos financeiros.

A Companhia não operou instrumentos financeiros derivativos em 2021 e 2020.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

- Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

b) Gestão de riscos

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

Risco de Liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, manejando seus recursos em fundos de investimento reservados de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia com fornecedores e arrendamentos está apresentado conforme abaixo:

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
- Pré-fixadas						
Passivo de arrendamento	1	2	8	44	208	263
Fornecedores	508	-	-	-	-	508
TOTAL	509	2	8	44	208	771

Risco Hidrológico

A energia vendida pela Companhia é produzida pela PCH Pai Joaquim. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios da usina, podendo acarretar em aumento de custos na aquisição de energia devido a sua substituição por fontes térmicas ou a redução de receitas devido a queda do consumo propiciado pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica.

20. SEGUROS

A Companhia possui seguro de risco operacional visando cobrir riscos e perdas em gerador, transformador e turbinas, com vigência até 07 de dezembro de 2022, na importância segurada de R\$32.875, valor considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas decorrentes de eventuais sinistros.

As premissas de riscos adotadas, dadas sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das Demonstrações Financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

21. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em março de 2022, a Companhia realizou o levantamento dos depósitos vinculados que se referem a contingências de obrigações fiscais que versam sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/Pasep e da Cofins.

* * * * *

Thadeu Carneiro da Silva
Diretor-Presidente

Demétrio Alexandre Ferreira
Diretor

Leonardo George de Magalhães
Diretor

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria
CRC - MG 47.822

José Guilherme Grigolli Martins
Gerente de Contabilidade Financeira e
Participações
Contador - CRC - 1SP/242451-O4

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Conselheiros Fiscais da Cemig PCH S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31-12-2021, bem como os respectivos documentos complementares. Após apresentação feita pela Administração da Companhia e considerando, ainda, o Parecer e os esclarecimentos prestados pelos auditores independentes, os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, opinaram favoravelmente à sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2022.

Belo Horizonte, 29 de abril de 2022.

Eduardo José de Souza

Paulo César Teodoro Bechtluft

Ronald Gastão Andrade Reis

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Diretores e Acionistas da
Cemig PCH S.A.
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cemig PCH S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cemig PCH S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

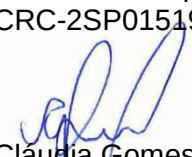
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos da auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 29 de abril de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Cláudia Gomes Pinheiro
CRC-1MG089076/O-0